

# A VIDA DA PRINCESA SANTA JOANA DE PORTUGAL: HIPÓTESES DE AUTORIA

Cristina SOBRAL

csobral@campus.ul.pt

*Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*

Em 12 de Maio de 1490 morreu em Aveiro, no dominicano Mosteiro de Jesus, a Princesa D. Joana, irmã de D. João II de Portugal. A admiração que conquistou entre as suas companheiras e também a persistência com que enraizou a sua passagem por este mundo nos alicerces de um pequeno mosteiro recém-fundado, apesar de poder ter escolhido os salões régios da Europa que seu pai quis dar-lhe, lançou sobre a sua morte uma aura de santidade pouco depois concretizada numa biografia (*Memorial da Infanta Santa Joana*) que hoje se conserva num códice do Museu de Aveiro<sup>1</sup> e que foi editada e estudada em 1939 por Rocha Madahil<sup>2</sup>. Alguns outros estudos têm sido dedicados a esta biografia<sup>3</sup> e o problema da sua autoria foi objecto de diversas teses.

O códice aveirense transmite dois textos narrativos: ao primeiro (fls. 1-44) chamou Madahil *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus*, seguido pelo *Memorial da Infanta Santa Joana* (fls. 48-110v). Conserva o mesmo códice dois outros textos, que designarei abreviadamente *Memorial das Profissões* («Memoryal de todas as Religiosas que ffezerõ proffissom Neste Moesteyro de Jhesu Nosso Senhor.

---

<sup>1</sup> Museu de Aveiro, MS. 1 [33/CD], PHILOBIBLON BITAGAP Manid 1093 Texid 6287.

<sup>2</sup> *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da infanta Santa Joana*, edição e estudo por A.G. Rocha Madahil, Aveiro, Oficinas Gráficas de Coimbra, 1939, cujas páginas citarei neste artigo. Uma edição semidiplomática, mais fiel à lição do manuscrito foi publicada em *Corpus de Textos Antigos*, coord. Cristina Sobral, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: <http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/filologia/index.php?action=edit&id=M1093T6287.xml>.

<sup>3</sup> D. M. Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, vol. I/1, Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, 1963; Maria João B. Marques da Silva, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991; Maria João B. Marques da Silva, «*Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro*», *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 176-177; Maria João B. Marques da Silva, «Vida da Infanta Santa Joana», *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 660-661; Telmo Verdelho, «A memória das palavras e dos gestos no *Memorial da Infanta Santa Joana* e na *Crónica da fundação do mosteiro de Jesus*», *Revista Universidade de Aveiro/Letras*, 6-7-8 (1989-90-91), pp. 221-240; Telmo Verdelho, «Breve nota sobre a autoria do *Memorial da Infanta Santa Joana* e da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus*», *Revista Universidade de Aveiro/Letras*, 6-7-8 (1989-90-91), pp. 241-264; Ana Maria e Silva Machado, «O *Memorial da Infanta Santa Joana*. Entre a crónica e a hagiografia», *Revista Universidade de Aveiro/Letras*, 6-7-8 (1989-90-91), pp. 299-309.

E em que anno. E mês», fls. 115r-140r, pp. 189-238 da edição de R. Madahil) e *Memorial dos Óbitos* («Memoryal das Madres E Irmãs. que nesta Casa de Nosso Senhor Jhesu ffalecerõ», fls. 142v-149r, pp. 241-255 da edição R. Madahil). Os textos são de autoria feminina, dominicana e aveirense. Madahil pôs já em evidência (p. XXV e ss.) as marcas discursivas que o provam: a autora fala de si própria no feminino, refere-se a S. Domingos como «nosso padre sã domin-gos», fala da comunidade na primeira pessoa do plural, refere-se a cada uma das fundadoras como «nossa Madre» e assume-se como testemunha ocular de acontecimentos narrados.

O editor estabeleceu, fundamentadamente, a data da cópia e a da redacção original, colocando esta no período que medeia entre a morte da Infanta, 1490, e a realização da cópia, 1525. Cita passos onde a autora alude à fragilidade dos tempos presentes para defender que existiu distância entre a data da morte e a da redacção (p. XXIV). Todavia, julgo ser claro que a autora faz coincidir essa decadência com o tempo de vida da Infanta (cfr. pp. 176-177), que compara aos antigos mártires apesar de viver numa época em que tais exemplos escasseiam («...Cousa mui ãpossyvel poder sse dar credito segũdo hos tẽpos presẽtes dagora... pareciia ser nos tẽpos passados em que os santos martires se leyxavã queymar...»).

Posteriormente, Telmo Verdelho restringiu as balizas cronológicas, avançando a primeira para 1513 e situando a segunda em 1520<sup>4</sup>. Enquanto a primeira data encontra pleno fundamento num passo cuja importância escapou a Madahil<sup>5</sup>, já para a segunda falta justificação<sup>6</sup>.

Madahil defende que ambos os textos narrativos, a *Crónica* e o *Memorial da Infanta*, se devem a uma mesma autora, alegando identidade de estilo e as referências, em cada um deles, à preexistência do outro. Se os argumentos de estilo têm sempre um peso demasiado leve quando se trata de textos antigos, e mais leve ainda quando falamos de textos produzidos num mesmo ambiente cultural, já as remissões de um texto a outro poderão ser mais elucidativas. A *Crónica* remete para o *Memorial da Infanta* no momento em que conta a presença de D. Afonso V na inauguração da obra do Mosteiro, cuja primeira pedra colocou, facto interpretado pela autora como anúncio profético da vinda da Infanta Joana («segũdo per sua mui sancta vida se podera veer», p. 28). Esta participação do rei é recordada mais

<sup>4</sup> «Muito provavelmente a redacção do texto ocorreu entre 1514 e 1520» (T. Verdelho, «Breve nota», p. 245).

<sup>5</sup> «dona micya pereyra. que depoy no ano do Senhor de myl. quinhẽtos. e treze. sãdo Ja Soprioressa per algũs ãnos neste moesteiro...» (p. 49). A D. Mícia Pereira aqui mencionada não deve ser confundida com sua tia homónima, fundadora juntamente com D. Brites, e cuja vida e morte (ocorrida em 1464) se narra na *Crónica* (pp. 36-37).

<sup>6</sup> Também M. J. V. B. Marques da Silva («Vida da Infanta Santa Joana») situa a redacção entre 1518 e 1525 mas desconheço o fundamento para o *terminus post quem*. Já anteriormente considerara a «crónica [da fundação do Mosteiro] elaborada cerca de 1520» (*Aveiro Medieval*, p. 134, n. 16), mas sem aduzir fundamento.

adiante (p. 53), quando se informa brevemente sobre a entrada da Infanta no Mosteiro: «cuja vida e entrada E perseverança atee ho muito santo fym da dita Senhora Iffante nossa Senhora he scrypta sobre ssy brevemente adiante segũdo he posto no Cabo desta leenda» (p. 54). O que na *Crónica* se diz sobre Joana é destinado a explicar por que razão e em que circunstâncias foi ela obrigada a abandonar temporariamente o Mosteiro durante o surto de peste de 1479, facto que explica, por sua vez, porque é que a fundadora do Mosteiro veio a morrer fora dele: na sua saída, a princesa pediu a D. Brites Leitoa que a acompanhasse. Só volta a falar-se da Infanta perto do final, para lhe atribuir a iniciativa da trasladação do corpo de D. Brites para o Mosteiro.

A história da fundação, anunciada, no breve índice que antecede os quatro textos copiados no códice, como o livro que «contem ho nacimẽto e p̄ncipio e fundamento deste moesteyro e Casa de Jhesu Nosso Senhor desta villa de aveyro» (p. 1) e que indica «que pessoas ho fundarõ nos hedifficios e Casa e ho p̄ncipiarom ã Regimẽto da Religiã ordem de observãcia e ençarramẽto. e quaaes forõ as primeyras pedras deste sancto hediffiçio no avito e proffissom» (p. 1), estrutura-se hagiograficamente como a *Vida de Brites Leitoa*, narrada desde a infância até à sua morte e trasladação. Pelo meio é contada, também seguindo um modelo discursivo hagiográfico, a vida de D. Mícia Pereira, que no mosteiro morre e é sepultada em odor de santidade, depois de ter contribuído decisivamente para a sua construção e dotação. Numa composição autónoma da *Crónica*, não poderia deixar de caber à Infanta um papel de igual ou de maior destaque do que o que é concedido a D. Mícia. A ausência desse papel e, em sua substituição, a remissão para o *Memorial da Infanta*, mostra bem a preexistência de um plano conjunto de redacção. A confirmá-lo está outra ausência, desta vez no *Memorial*. Aí se diz que Joana «per duas vezes (...) foy constringida sayr per mãdado del rrey» (p. 134), devido à peste sentida em Aveiro. Descrevem-se as condições em que saía, quem a acompanhava, como era transportada, e narram-se vários acontecimentos ocorridos fora do mosteiro. Quanto às descrições, nenhuma delas coincide com a que se faz na *Crónica* da saída de 1479<sup>7</sup> e, quanto aos acontecimentos, permitem saber que a saída a que todos eles se referem ocorreu depois de 1482, provavelmente em 1485<sup>8</sup>. Nada se conta no *Memorial da Infanta* sobre a saída de

<sup>7</sup> Segundo a *Crónica*, em 1479 é construída uma carreta e andas com capacidade para oito pessoas e a Infanta escolhe para a acompanharem, além da Madre Brites Leitoa, mais seis Irmãs e duas meninas noviças (pp. 55-56); segundo o *Memorial*, a princesa fazia-se acompanhar por duas madres, que viajavam numas andas diferentes daquelas em que ela era transportada (pp. 130, 134).

<sup>8</sup> O sobrinho D. Jorge, nascido em 1481 e que ela criava no Mosteiro desde os três meses, acompanha-a na saída (p. 139). Em 1482 foi eleita priorosa a Madre Maria de Ataíde, à qual a Infanta escreve cartas (p. 131) estando em Alcobaça pressionada a aceitar a proposta de casamento do rei de Inglaterra, facto que só pode ter ocorrido em 1485 (D. M. Gomes dos Santos,

1479. Em vez disso, aludindo genericamente às saídas da Infanta, remete-se para a *Crónica*: «as vezes que por necessidade de morte de pestenêca lhe foy necessario e mädado sayr della Como Ja ffoy dito na vida da santa madre britiz leytoa» (p. 118). Numa composição autónoma de uma *Vida da Princesa Santa*, não deixaria de ter sido contada a saída de 1479, tanto mais que ela esteve associada à oferta por D. Afonso V de um mosteiro tão importante como o de S. Vicente de Fora, que a princesa preteriu em favor do pequeno e pobre mosteiro de Aveiro, dando prova de humildade (pp. 54-55).

Mais importante do que o simples facto de os dois textos conterem fórmulas de remissão mútua, que compiladoras ou copistas poderiam sempre ter acrescentado, é o facto de a composição narrativa de cada um dos textos contar com a do outro, dispensando-se de repetições redundantes e revelando assim um plano de concepção unitário. Se não fossem vistos como duas partes de uma mesma obra, a redundância não se daria. Naturalmente, isto não prova positivamente a identidade de autoria mas admite-a como o modo mais provável e sensato de obter uma articulação coerente.

Quem terá sido a autora? A discussão tem-se centrado em volta de uma nota marginal inscrita no *Memorial das Profissões*, que regista no ano de 1467 a admissão de três noviças, todas sobrinhas de Fr. João de Guimarães, que fora protector do Mosteiro e conselheiro espiritual de D. Brites Leitoa, sua fundadora: «...a saber. Marguariana pinheyra. E sua Irmãa Catherina pinheyra. E a Ynes eanes prima destas» (fl. 116b, p. 191 da edição). Mão posterior, datável do séc. xvii, escreveu à margem, fazendo alinhar a anotação com o nome de Catarina Pinheira: «esta escreueo a uida da Princeza Sta.». Porém a mesma mão sublinhou o nome, situado nas duas linhas anteriores, de Margarida Pinheira. Daqui nasceu a atribuição da obra, pelos bollandistas, a esta freira, contrariamente à atribuição a Catarina feita por Jorge Cardoso<sup>9</sup>. Madahil, mantendo embora prudente reserva, advoga a causa de Margarida fundamentando-se no nexó entre a nota e o sublinhado. Já Telmo Verdelho exclui liminarmente a autoria de Margarida, fundando-se na leitura pertinente e mais atenta de um passo da *Crónica*.

Na sua saída de 1479, a Infanta exige que a acompanhem a Madre Brites Leitoa e outras seis companheiras, entre as quais se conta Margarida Pinheira (p. 56). A 20 de Setembro a princesa parte com as seis acompanhantes, acolhendo-se a comitiva por uma noite ao Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia, onde esperaria que se lhe juntasse D. Brites, que parte só no dia seguinte. A narrativa do que aconteceu durante as cerca de 24 horas em que a prioresa permaneceu no Mosteiro para se despedir das companheiras mostra com evidência que

*O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, pp. 92-93, especialmente n. 54).

<sup>9</sup> Jorge Cardoso, *Agilólógio Lusitano dos Sanctos e varoens illustres*, tomo III, Lisboa, Officina Craesbeckiana, 1662, p. 202 e ss.

a autora não estava entre as freiras que acompanharam a princesa e sim entre aquelas que ficaram, assistiram à despedida da Madre e permaneceram no Mosteiro depois da sua partida. Enquanto sobre a permanência de Joana fora do Mosteiro nada nos é dito, a narrativa demora-se pormenorizadamente na despedida da Madre. É contada a romaria que esta faz durante a noite por todas as dependências do mosteiro, são descritos todos os gestos, lágrimas, expressões de sofrimento da Madre e igualmente o desgosto das Irmãs, num discurso marcado por profunda emotividade e cuja veracidade a autora sente necessidade de assegurar alegando o seu testemunho presencial:

Deus sabe que eu que esto screvo digo verdade. porque cõ meus olhos a vy e cõ minhas proprias orelhas ouvy que cõ outras madres suas spiciaes andavamos mũy passo por que da madre sancta nossa nõ fossemos sentydas mas cõ grãde door e abastanca de lagrimas aadelonge a seguiamos vëedo e ouvïdo todo o que ã Cada hũu lugar ella fazia e diziia (p. 57).

A cerimónia de despedida do dia seguinte volta a ser relatada com igual pormenor de passos, gestos e falas em discurso directo, mantendo-se a emotividade do discurso, com abundante descrição da dor das freiras que ficavam no Mosteiro, a qual merece nova alegação de testemunho presencial: «Deus sabe que nõ mynto e que aynda nõ digo nõ poderia dizer. ho que vy e ouvi. e como foe esta tã grãde door e miséria» (p. 62). É o testemunho presencial invocado neste episódio que serve a Telmo Verdelho para eliminar Margarida, ausente do mosteiro, como possível autora. Mas a análise atenta da narrativa subsequente permite aprofundar o argumento.

Até ao final, a *Crónica* conta o período em que D. Brites está fora, a forma como adocece em Avis, como se muda para Abrantes, onde vem a morrer, como é sepultada no Convento de S. Domingos daquela vila e como, dois anos depois, tendo já a princesa Joana regressado ao Mosteiro, este recebe o corpo trasladado. A autora resume em 10 linhas (da edição, p. 64) os 10 meses que D. Brites passou fora de Aveiro antes de adoecer, limitando-se a dar conta da sua perseverança nos hábitos penitenciais e dando destaque apenas ao conteúdo das cartas que regularmente enviava para o Mosteiro, continuando assim a acompanhar espiritualmente as suas companheiras (p. 64). A brevidade do relato da doença e morte da Madre contrasta flagrantemente com a dimensão e pormenor com que foi contada a despedida e mais ainda com o relato da doença e morte da Infanta que lemos no *Memorial da Infanta*, onde ocupa nada mais nada menos do que 33 páginas (142-175) da edição. Não há qualquer alegação de testemunho presencial nem pormenores que façam supor mais do que um relato obtido em segunda mão. Finalmente, não há qualquer marca de emotividade no discurso. Se tivermos em conta que aqui se

relata a morte, momento que deveria ser sentido como de maior dor do que o da despedida, compreendemos que só não o terá sido por quem a ele não assistiu. Do mesmo modo contrasta a brevidade (13 linhas) da narrativa das exéquias e da inumação em Abrantes com o pormenor da trasladação a partir do momento em que é recebida no Mosteiro a notícia da aproximação do cortejo (mais de três páginas). É flagrante o modo como o discurso muda no preciso momento em que é registada a hora em que é recebida a notícia: «Era Ja tarde depois de vespora» (p. 70). Enquanto até ali se descrevera o aparato cerimonial e ritual da procissão, que obedecia em parte à tradição e em parte ao que a Infanta determinara, a partir daquele momento o olhar da narradora desloca-se do cortejo para o interior do mosteiro, descrevendo todos os passos dados pelas Irmãs e as horas exactas a que ocorreram, as falas em discurso directo e, sobretudo, fazendo regressar a descrição emotiva da dor. O lugar de onde a narradora fala é, sem dúvida, o interior do Mosteiro.

Também no *Memorial da Infanta* é notório que a autora apenas alega testemunho presencial quando conta factos ocorridos dentro do mosteiro<sup>10</sup> e nunca nas saídas de Joana. A emotividade do discurso e o pormenor das descrições na narrativa da doença e morte da Infanta têm paralelo na narrativa da despedida de D. Brites na *Crónica*<sup>11</sup>.

Não duvido de que a autora aveirense esteve sempre dentro das paredes do mosteiro, lugar de onde pode falar com conhecimento e emoção do que viu e ouviu mas somente com objectividade informativa do que lhe foi contado por quem acompanhou as personagens noutros lugares. Assim, não pode continuar a sustentar-se a autoria de Margarida Pinheira que, apesar de ter acompanhado de perto a doença e morte de Joana, que amparou nos seus braços (p. 167)<sup>12</sup>, não pode ter assistido à despedida de Brites Leitoa em 1479, por se encontrar então na companhia da Infanta, com a qual regressou mais tarde, tendo, portanto, assistido à doença e morte da Madre fundadora. Para admitirmos que Margarida Pinheira foi a biógrafa da Princesa teríamos de admitir que a *Crónica* teve uma autora diferente da do *Memorial*.

<sup>10</sup> «E aÿda experimêtamós e vymos» (p. 119), «Costumava nos dizer» (p. 120), «E ysto vymos e experymêtamós por muitas vezes. as que cõ ella cõverssamós e pratycamós» (p. 138), «Isto vymos e ouvymos todas as que presentes stavamos» (p. 139), «segundo muitas vezes vymos e experimêtamós» (p. 141), «E porque he ÿpossyvel poder sse Creer e dar ffe quẽ nõ vyo per ssy (...) Lendo a E ouvïdo a contar sem per ssy a veer e provar per experyencia» (pp. 141-142), «E muitas vezes vymos e ouvimos» (p. 142), «quẽ esto leer cõ pouco gosto... por nõ aver visto» (142), «E muitas vezes vymos e ouvimos» (p. 142), «ho vy cõ meus ÿdynos olhos» (p. 168), «a quẽ Isto nõ vyo» (p. 174), «quẽ a vyo e teve pratyca» (p. 176), «quẽ vio a mayor parte» (186).

<sup>11</sup> Compare-se, por exemplo, a descrição do desgosto das Irmãs pela partida de Brites na p. 63 com a da dor pela morte de Joana na p. 169.

<sup>12</sup> Margarida Pinheira era sua criada e sacristã, tendo armado a pedido seu um altar junto ao seu leito (pp. 151, 156).

Os argumentos que Madahil alega a favor de Margarida (pp. XXXII-XXXVI), a sua proximidade enquanto criada da Infanta e o número de vezes que o texto a refere poderiam estender-se a outras personagens, nomeadamente a sua irmã Catarina que, não só estava presente na despedida da Madre em 1479, como é destacada na narrativa por ter sido alvo de um dos discursos afectivos de Brites Leitoa nessa altura<sup>13</sup>. A singularização do papel de Margarida nos cuidados prestados à princesa enferma poderia explicar-se tão bem ou melhor na pena de Catarina, sua irmã, do que na da própria autora, educada na humildade. É Catarina a autora eleita por Telmo Verdelho<sup>14</sup>, que não lhe encontra impedimentos na leitura interna do texto.

Já na refutação do mais forte argumento de Madahil, a anotação marginal no *Memorial das Profissões*, a posição de Verdelho não é sustentável, uma vez que decide fazer fé na nota e recusar a contemporaneidade entre esta e o sublinhado: para este autor o alinhamento da nota «não deixava dúvidas sobre a autoria de Catarina» e «alguém, num momento diferente, sublinhou o nome de Margarida Pinheiro» (p. 251), «O sublinhado deve ter sido uma intervenção tardia de um leitor que, levado pelo convencimento de que a autora seria Margarida, julgou que poderia corrigir a anotação lançada à margem» (pp. 240-250). Há dois fortes óbices a este raciocínio. Em primeiro lugar, a visão directa do códice confirma a identidade de tinta já antes notada por Madahil<sup>15</sup>. Em segundo lugar, porque haveria alguém de simplesmente «convencer-se» da autoria de Margarida se ela nunca tinha sido proposta? De onde viria tal convicção? Pelo contrário, o incorrecto alinhamento da nota com o nome de Catarina tem fácil explicação no comportamento de um anotador que quisesse apontar Margarida Pinheira. É que ocorrendo o apelido das duas irmãs em lugar muito próximo, é o de Catarina que se encontra em final de linha, atraindo automaticamente o olhar do anotador e levando-o a escrever a nota na sua sequência. Logo depois, constatando que o nome que procurava estava nas linhas anteriores (com o apelido a meio da linha), corrigiu a atribuição sublinhando o nome de Margarida.

Não duvido, portanto, da intenção do anotador de atribuir a escrita a Margarida. Mas cabe perguntar como é que surge este nome a um leitor duzentos anos posterior. Perante a dificuldade evidente

<sup>13</sup> «E a hũa dellas que era Sobrinha do padre frey Joham de guimaraes a que chamavã Catherina pinheyra que ante a sancta madre stava posta em gíolhos chegou a ssi. E pondo lhe benignamête as mãos sobre a cabeça yclinãdo lha e pondo lha sobre seus gíolhos. disse lhe. Filha. sobrinha daquele padre que ã todos meus trabalhos e fadigas spirituaes e Corporaes. E no fundamêto e fabrica desta Casa de nosso Senhor. sêpre foy ã meu cõsselho ajuda e descãso. E muito fiel e spiritual amigo. Encomêdo te a deus. e Rogo te que trabalhes por ser muito boa Religiosa E perfeita serva de deus. E parecer cuja sobrinha es e de tã santo exerto. Aa madre soprioressa. e a todas estas madres e Irmãs te êcomêdo» (pp. 59-60).

<sup>14</sup> Telmo Verdelho, «Breve nota», p. 250.

<sup>15</sup> Aproveito para manifestar o meu agradecimento ao Dr. José António Christo, do Museu de Aveiro, e à sua directora, Dra. Ana Margarida Ferreira, a cuja amabilidade e disponibilidade devo a consulta deste e doutros códices do Mosteiro de Jesus.

em apontar a fonte para uma informação tão tardia, Madahil propõe a existência de uma tradição oral conservada entre as Irmãs (p. XX-VII), a qual Verdelho não refuta. Julgo, porém, que a fonte terá sido material e que esteve, alguns anos depois da edição, sob o olhar de Madahil. Em 1951, publica ele a edição de umas *Constituições* que, entre outros textos, se encontram copiadas num códice<sup>16</sup> cuja letra parece pertencer à mesma mão que copiou o códice que contém a *Crónica* e o *Memorial da Infanta*<sup>17</sup> e que, no cólofon, vem expressamente atribuída a Margarida Pinheira:

Este lyuro da Regra E constitucões . E estorya de nosso padre *Sancto* agostinho . he do moesteyro de Jhesu . Escreueo a jrmã Marguarida pinheyra freyra do dito Conuento e moesteyro

Desta inscrição, que Madahil leu «alvoroçadamente», deduz a prova definitiva da autoria em 1939 apresentada. De facto, pelo menos aparentemente, trata-se da mesma letra<sup>18</sup>. Assim, a prova far-se-ia apenas para a autoria da cópia. Quer dizer que Margarida Pinheira, copista do códice das *Constituições*, terá sido também a copista do códice da *Crónica* e do *Memorial da Infanta*. É muito provável que a dedução tenha sido feita por quem, no séc. XVII, fez a anotação marginal. O uso do verbo «escrever» no cólofon das *Constituições* designa certamente apenas a cópia: o verbo «escrever» é regularmente usado nos cólofones dos códices do *scriptorium* de Aveiro, os quais são maioritariamente litúrgicos, não podendo, evidentemente, ser atribuídos senão às suas copistas<sup>19</sup>. Também na *Crónica* e no *Memorial da Infanta* o verbo ocorre sete vezes e em todas elas se refere ao acto de copiar<sup>20</sup>. Em contrapartida, ao designar a produção de um novo texto, a autora do *Memorial da Infanta* usa o verbo «compor»<sup>21</sup>. Assim, parece claro que o que o cólofon atribui a Margarida Pinheira não é a redacção original de nenhum dos textos contidos no códice das *Constituições* mas apenas o trabalho de cópia e, se foi esta, como

<sup>16</sup> Sobre o códice, hoje no Museu de Aveiro (MS. 3 [34/CD], PHILOBIBLON BITAGAP Manid 1092), veja-se A. G. Rocha Madahil, *Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus, de Aveiro, da Ordem de São Domingos*, sep. do vol. XVI do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1951; D. M. Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, p. XXV; Cristina Sobral, «Santo Agostinho em Aveiro: estudo de fontes», *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 8, (2007), pp. 171-196: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/>.

<sup>17</sup> «a letra dos dois códices é perfeitamente atribuível ao mesmo punho» (A. G. Rocha Madahil, *Constituições*, p. 15).

<sup>18</sup> A identidade das letras carece de uma confirmação paleográfica que aqui não me ocupa. O que está em causa no meu argumento não é tanto o apuramento técnico da questão mas a estreita semelhança entre as letras que seria perceptível ao olhar de um leitor do séc. XVII, tal como é a um leitor moderno não paleógrafo.

<sup>19</sup> V. D. M. Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, vol. I/1, pp. XXI-XXV.

<sup>20</sup> Cfr., pp. 32, 40, 41, 46 (quatro vezes).

<sup>21</sup> «Compos esta muy devota Senhora hũa oracõ . ajũtando algũs passos e ditos de nosso Senhor no Sermõ da Cea e do lavamẽto dos pees . os mais devotos . a qual Cada hũu dia Rezava...» (p. 102).



julgo, a fonte do anotador do séc. XVII, ele limitou-se a reproduzir o verbo que aí encontrou, qualquer que fosse o sentido em que o leu e que hoje não poderemos avaliar.

Quanto à identificação da autora, proponho uma nova candidatura, até agora não defendida. Poderá haver razões para acreditar que a autora já tinha integrado a comunidade em 1465, fazendo parte do grupo fundador inicial, ao contrário do que sucedeu com Catarina e Margarida (recebidas em 1467). De facto, é narrada com pormenor a cerimónia do encerramento das freiras, ocorrido em Janeiro daquele ano. A autora descreve, além disso, o sermão então feito pelo bacharel Fr. Pero Diaz, registando o tema em latim e as partes em que dividiu a matéria (pp. 38-39). De novo regista o tema latino do sermão proferido pelo mesmo Padre na Quaresma de 1465 (p. 41). Este registo sugere atenção dada a pormenores que impressionaram a memória da autora, embora não fosse impossível tê-los colhido de memória alheia. Parece-me, no entanto, que a atenção aqui dada a pormenores surge em paralelo com igual atenção dada nos momentos atrás mencionados de alegado testemunho presencial. Mas o mais importante é o facto de, em acontecimentos ocorridos durante o ano de noviciado (Janeiro de 1465 a Janeiro de 1466), a narrativa ser assumida na primeira pessoa do plural: o Padre Fr. João de Guimarães «dizia que ñ fizessemos cõfraria de doe me doe me. ñ nos dessemos a delicacias. que muito soportavã as pessoas ã cada hũu estado pollo mũdo. muito mais as servas de deus por elle E sua salvacã. deviã trabalhar» (p. 40). Se aceitarmos que o «nós» aqui explícito coloca a autora entre aquelas que, durante o noviciado, receberam directamente dos lábios do P. João de Guimarães as palavras citadas, admitimos a sua presença no Mosteiro nesta época. Partindo de tal premissa, teremos de a procurar entre as onze noviças que, além de Brites Leitoa, lá estavam em 1465-1466<sup>22</sup>. Destas, devemos excluir todas aquelas sobre as quais a autora profere, nalgum momento da obra, palavras elogiosas, mesmo que não vão além do simples adjetivo «virtuosa» anteposto ao nome, por serem incompatíveis com o *topos* de humildade autoral. Excluem-se também todas aquelas que já não estavam vivas em 1513. É assim que chegamos aos nomes de Catarina Álvares e Isabel Luís, as únicas que não são nunca louvadas<sup>23</sup>, e acabamos por nos deter no nome da segunda por ter a primeira morrido em 1504 (p. 244).

Isabel Luís nasce em 1450, filha de um padre que antes vivera no século e que a entrega com nove anos a Brites Leitoa (p. 15).

<sup>22</sup> Receberam o hábito no Natal de 1464 Brites Leitoa, Catarina de Ataíde, Maria de Ataíde, Grácia Álvares, Violante Nunes, Isabel Pires, Inês Álvares, Catarina Rodrigues, Isabel Luís, Brites Velha, Catarina Álvares e Guiomar Velha (p. 38). Estavam também no Mosteiro duas Irmãs clarissas, acolhidas durante o ano de noviciado (p. 41).

<sup>23</sup> As restantes são elogiadas nas pp. 5 (Maria de Ataíde), 15 (Grácia Álvares), 21 (Inês Álvares), 31 (Violante Nunes), 32 (Isabel Pires, Catarina Rodrigues, Brites Velha, Guiomar Velha) e 45-47 (Catarina de Ataíde). Nem as duas clarissas são esquecidas (p. 41).

Quando, em 1465, se organiza no Mosteiro a vida regular, é encarregada de aprender canto e ofício divino, deduzindo-se do texto que já então saberia ler<sup>24</sup>. Mais tarde foi-lhe entregue a instrução das noviças e, na qualidade de sua mestra, conduz, em 1475, a Infanta à cerimónia do lançamento do hábito (p. 114). Durante um surto de peste, em 1466, adoeceu juntamente com Brites Velha. Apesar de terem estado às portas da morte, «o mÿ piedoso Senhor sabêdo ho pera que as tiinha scolheyta . aprouve lhes dar vida e saude» (pp. 47-48). É possível compreender para que destino tinha Deus guardado Brites Velha. Esta foi a Irmã que acompanhou a Madre Brites Leitoa na morte e na sepultura, honra por que merece atenção especial nas pp. 65-66, 68, 69-70. Mas não há no texto da *Crónica* nem no do *Memorial da Infanta* nenhuma indicação sobre o destino para que Deus tinha escolhido Isabel Luís. Não se trata aqui de referência estereotipada indicadora de futura santidade ou grande exemplo, porque dela nenhum louvor é registado, como acima disse. Sabemos que Isabel Luís exerceu funções de copista no mosteiro<sup>25</sup> e embora esta actividade, comum a outras freiras, não a torne especial, coloca-a entre as Irmãs que, pela sua competência na escrita, estariam em melhores condições para responder à tarefa de cronista e hagiógrafa.

Seria esta a função especial, nunca explicitada, para que Deus a guardava?<sup>26</sup> Isabel Luís parece, de facto, reunir todas as condições para ter sido encarregada de escrever as memórias da comunidade: esteve presente desde a fundação, tendo assistido à cerimónia do encerramento em 1465, possuía a instrução e a prática de escrita necessárias, permaneceu no Mosteiro durante a saída da Madre Brites Leitoa, manteve uma relação de proximidade com a Infanta, tendo sido sua mestra durante o noviciado e assistindo à sua doença e morte, e morreu só depois de 1513. Telmo Verdelho opõe-se à sua autoria mas sem argumentos convincentes: embora admita que o seu perfil é adequado à função, nega a possibilidade pelo facto de Isabel Luís ter saído do Mosteiro em 1518, «justamente na altura em que a narrativa

<sup>24</sup> Deduz-se do facto de só à outra rapariga, também encarregada de aprender canto e ofício divino, ter sido necessário ensinar previamente a ler («Itê britiz velha [foi feita] Refeytoeyra. e que Rezasse cõ gracia alvarez. e a êssynasse a leer. e ella e Isabel luys anbas mocas aprêdessê o câto e oficio divino», p. 40).

<sup>25</sup> Como se diz expressamente no *Título dos Óbitos*, onde se anota a sua morte a 21 de Junho de 1542, já de muita idade, com a seguinte menção: «a qual no principio e fundamêto deste moesteyro trabalhou e o ajudou a fundar e assy serviu sempre esta casa e a ordê escrevêdo muitos lyvros e fazêdo muito sancta Vida...» (p. 247). Este registo não pertence já, como é evidente, ao número dos que foram feitos antes de 1525, e sim aos que foram sendo posteriormente acrescentados até ao séc. xviii. Por isso a atribuição de «muito sancta vida» não invalida a afirmação feita atrás da ausência de louvor nos textos narrativos. Sobre os livros que copiou v. D. M. Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, I/1, pp. XXII-XXIII.

<sup>26</sup> Em 1518, Isabel Luís sai de Aveiro, com mais quatro companheiras para ir fundar o Mosteiro de Santa Maria da Anunciada de Lisboa (p. 199). Não seria impossível que fosse esta a função especial aludida, embora por missão equivalente (v. pp. 198 e 201) outras irmãs não tenham sido objecto de nenhuma menção especial. O registo da sua morte no *Título dos Óbitos* indica que terá regressado a Aveiro, não sabemos em que data.

estaria a ser composta» e por não ter podido assistir «a alguns episódios que são contados mais pormenorizadamente e que a autora declara ter presenciado» (p. 249). Quanto a este último argumento, ele não é compreensível. Verdelho não indica um só acontecimento a que Isabel não pudesse ter assistido; nem poderia indicá-lo, uma vez que a *Crónica* detém-se em 1482 e o *Memorial da Infanta* em 1490 e Isabel só sai em 1518. Quanto ao primeiro argumento, baseia-se numa datação aleatória da composição, que nada obriga a considerar. As únicas balizas positivas de que dispomos são 1513-1525. Determinar dentro deste período aquele em que a obra estaria a ser composta, sem mais nenhum elemento, é mero exercício de adivinhação. Os cinco anos que medeiam entre 1513 e a saída de Isabel seriam mais do que suficientes para a composição da obra, sobretudo se ela viesse a ser preparada anteriormente, além de que não sabemos em que ano se deu o seu regresso ao Mosteiro, que poderá ter ocorrido antes de 1525.

É o facto de o Mosteiro ser o lugar da enunciação do seu discurso que aponta para a sua figura, discreta como convém a uma autora obrigada a esconder-se por humildade atrás daquilo que era verdadeiramente importante: o Mosteiro, objecto do seu discurso, e as suas fundadoras, «primeyras pedras» do «santo hediffiçio», lugar da guarda do corpo de D. Brites e do da Princesa, cuja santidade a hagiógrafa aveirense argumenta. Por isso as mútuas remissões da *Crónica* e do *Memorial da Infanta* indicam a primeira como «Vida da santa madre britiz leytoa» (p. 118), e «leenda» (p. 54) e o segundo como «vida» (pp. 28 e 54), adoptando as designações que na época eram dadas a narrativas hagiográficas.

Escrevendo embora já no início do séc. xvi, Isabel Luís recebeu a sua formação na segunda metade do séc. xv, em ambiente dominicano feminino, e a sua obra deve ser estudada como significativa expressão de uma espiritualidade marcante do final da Idade Média, no contexto das reformas e do ascetismo monástico.

Recibido: 7/01/2013

Acceptado: 15/05/2013



A VIDA DA PRINCESA SANTA JOANA DE  
PORTUGAL: HIPÓTESES DE AUTORIA

RESUMEN: el artículo es una revisión crítica del problema de la datación y autoría de la *Crónica do Mosteiro de Jesus* y *Memorial da Infanta Santa Joana*, textos en portugués escritos en el primer cuarto del siglo XVI (1513-1525) por una monja dominicana, compañera de la princesa Santa Juana, hija de Alfonso V y hermana de D. Juan II de Portugal. Refuta las tesis que atribuyen los dos textos a Margarita y a Catalina Pinheira y defiende la autoría de Isabel Luís, copista y maestra de novicias en el Monasterio de Jesús de Aveiro, apoyándose en argumentos históricos, de crítica interna del texto y paleográficos.

PALAVRAS-CHAVE: hagiografía, biografía, crónica, Aveiro, dominicanos, Santa Joana, autoría, códice.

THE LIFE OF SAINT JOANA OF PORTUGAL:  
HYPOTHESES OF AUTHORSHIP

ABSTRACT: The article is a critical review of the problem of dating and authorship of the *Crónica do Mosteiro de Jesus* and of the *Memorial da Infanta Santa Joana*, Portuguese texts written in the first quarter of the sixteenth century (1513-1525) by a dominican nun, companion of Princess Saint Joan, daughter of Alfonso V and sister of John II of Portugal. Refutes the thesis which attributes the texts to Margaret and Catherine Pinheira and advocates the authorship of Isabel Luís, copyist and teacher of novices at the Monastery of Jesus in Aveiro, relying on historical and paleographic arguments, and internal criticism of the text.

KEYWORDS: Hagiography, Biography, Chronic, Aveiro, Dominicans, Saint Joana, Authorship, Códex.